



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

**AGENDA PARA A REUNIÃO ORDINÁRIA DE
17 DE OUTUBRO DE 2019**



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

INICIADA A REUNIÃO ÀS _____ HORAS

PRESENÇAS:

-----ORDEM DO DIA-----

-----INFORMAÇÕES-----

1. Da seguinte informação: “Operação de reabilitação urbana (ORU) das alteração e ampliação da área de reabilitação urbana (ARU) das área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. João de Ponte, área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. Jorge de Selho e área de reabilitação urbana do centro das Taipas: avenida da República à rua da Charneca – **submissão para aprovação do órgão deliberativo** - Refere-se a presente informação técnica às operações de reabilitação urbana (ORU) e das alteração e ampliação das área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. João de Ponte, área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. Jorge de Selho e área de reabilitação urbana área de reabilitação urbana do centro das Taipas: avenida da República à rua da Charneca. Na sequência da delimitação das ARU e ORU mencionadas e em função das disposições legais aplicáveis (nomeadamente aquelas relativas ao regime jurídico da reabilitação urbana), verifica-se: 1. As ARU e ORU em causa foram aprovadas em reunião do órgão executivo datada de 18 julho '19; 2. O período de discussão pública (necessário realizar posteriormente à aprovação do órgão executivo) foi publicado em diário da república no dia 08 agosto '19, tendo-se procedido à publicitação de tal discussão pública em meio de comunicação local e sítio municipal da internet; 3. O período de discussão pública registou um tempo de 22 dias e o seu anúncio foi realizado 5 dias antes; 4. Foi solicitado parecer não vinculativo do instituto de habitação e reabilitação urbana (IHRU) em 18 julho '19, parecer esse com prazo de emissão de 15 dias, o qual já se esgotou e observa-se



ultrapassado. **Face ao exposto, julgando-se cumpridos os procedimentos legais em vigor e não se registando motivos para alteração das propostas formuladas (embora ainda não rececionado o parecer técnico do IHRU, este não é vinculativo e já se observa ter sido já ultrapassado o prazo para emissão de tal), entende-se reunidas as condições necessárias para submeter a aprovação final do órgão deliberativo (assembleia municipal) das operações de reabilitação urbana (ORU) e das alteração e ampliação das área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. João de Ponte, área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. Jorge de Selho e área de reabilitação urbana do centro das Taipas: avenida da República à rua da Charneca.** Caso se verifique tal aprovação, a mesma deverá ser publicada em diário da república e divulgada no sítio municipal da internet, ganhando, assim, eficácia legal, jurídica e urbanística. Notas: 1. Em anexo, junta-se cópias da publicação do período de discussão pública no diário da república, divulgação do mesmo nos meios de comunicação social locais e sítio municipal da internet bem como pedido de parecer não vinculativo ao IHRU; 2. Embora realizada em simultâneo a discussão pública da operação de reabilitação urbana (ORU) e da alteração e ampliação da área de reabilitação urbana (ARU) do centro da cidade: rua D. João I à zona de Couros de modo a incluir as zonas das hortas e Cruz de Pedra, esta verificou participações, encontrando-se tais em análise e ponderação. Aceitando-se como possível a sua revisão e ajustamento, esta ARU e ORU será submetida a aprovação dos órgãos competentes assim que concluída a análise das participações registadas.” -----

2. Da seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Reabilitação da Escola de Soutelo - Pinheiro, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada em informação datada de 26 de julho de 2019 com despacho do Sr. Presidente da Câmara de 20 de agosto de 2019. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €199.997,25 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.1.1.2.02 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Para cumprimento do nº7 do artigo 17º e nº3 do artigo 47º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato conforme informação prestada pelo técnico Joaquim Sampaio em 12/7/2019. **4.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

19º do CCP. **5.** De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é designado a técnica Ana Teresa Oliveira como gestor do contrato para o presente procedimento. **6.** Na presente empreitada, a realização de trabalhos de variadíssimas especialidades, cada uma com os seus métodos e especificidades, é tão grande que só com uma análise conjunta do preço e da valia técnica é que se poderá aferir da real vantagem económica de uma proposta. Entendeu-se, por isso, que o critério de adjudicação da melhor relação qualidade/preço, de acordo com o estipulado na alínea a) do n1 do artigo 74º do CCP, é o que melhor defende os interesses da entidade adjudicante para este contrato. Desta forma, dentro da valia técnica, os fatores de avaliação que melhor se coadunam com o objeto do presente concurso são: a Memória Descritiva do modo de execução da obra, o Plano de Trabalhos apresentado, o Sistema de Controlo de qualidade, Sistema de Gestão de Segurança e Sistema de Acompanhamento Ambiental. Só uma avaliação destes fatores, conjuntamente com o preço, é que se poderá encontrar a melhor proposta no cumprimento das normas e princípios que norteiam a contratação pública. **7.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €199.997,25 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **8.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos – a) - Presidente: Gilberto Fortunato Costa Fernandes – Técnico Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal — Ana Margarida Tavares Pereira - Técnica Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro - Chefe da divisão de empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira - Técnico Superior da divisão de empreitadas.” -

3. Do ofício de G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, LDA remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económica e financeira da VITRUS Ambiente, Empresa Municipal, S.A. referente ao período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2019 (**Anexo 1**) --

-----**DELIBERAÇÕES**-----

4. CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 3 DE OUTUBRO DE 2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

DELIBERADO

5. CÂMARA – REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL – PERIODICIDADE E FUNCIONAMENTO – MANDATO 2017-2021 – ALTERAÇÃO DO DIA DE REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS

– Presente a seguinte proposta: “Em sua reunião de 19 de outubro de 2017, a Câmara Municipal deliberou aprovar uma proposta respeitante à periodicidade e ao funcionamento das reuniões de Câmara, em cumprimento do estabelecido nos artigos 40º e seguintes do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. De acordo com a referida deliberação, a Câmara Municipal estabeleceu a **quinta-feira** para seu dia de **reunião ordinária**. Na sequência da sua eleição como Deputado da Assembleia da República, nas eleições legislativas realizadas no passado dia 6 de outubro, o Vereador André Coelho Lima veio comunicar que pretende manter o cargo de Vereador da Câmara Municipal, em regime de não permanência, e solicitar que o dia da reunião ordinária da Câmara Municipal seja alterado para a **segunda-feira** em virtude de não lhe ser possível comparecer no dia que estava estabelecido. Neste contexto, e considerando o manifesto interesse público de que se reveste a situação, proponho que a Câmara Municipal altere para a **segunda-feira** o seu dia de **reunião ordinária**, mantendo-se todas as demais formalidades relativas às reuniões de Câmara, constantes da mencionada deliberação de 19 de outubro de 2017.”

DELIBERADO

6. OBRAS PÚBLICAS – REABILITAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO SOCIAL – ESCLARECIMENTOS/ERROS E OMISSÕES/PRORROGAÇÃO DE PRAZO – RATIFICAÇÃO

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de outubro de 2019, que aprovou a resposta do júri do concurso da empreitada em epígrafe aos pedidos de esclarecimentos, rejeitando os erros e omissões apresentados e prorrogando por um período de 3 dias o prazo concedido aos interessados para apresentação de propostas. **(Anexo 2)**

DELIBERADO

7. OBRAS PÚBLICAS – REFUNCIONALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DA TORRE DA ALFÂNDEGA – ESCLARECIMENTOS/ERROS E OMISSÕES/PRORROGAÇÃO DE PRAZO – RATIFICAÇÃO

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de outubro de 2019, que



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

aprovou a resposta do júri do concurso da empreitada em epígrafe aos pedidos de esclarecimentos, aprovando a lista de erros e omissões apresentados e prorrogando por um período de 3 dias o prazo concedido aos interessados para apresentação de propostas. (**Anexo 3**)

DELIBERADO

8. OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA RUA 24 DE JUNHO E PONTE SOBRE O RIO SELHO – ALDÃO E REPERFILAMENTO DA RUA NOSSA SENHORA DA GUIA B- ATÃES – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO

- Presente a seguinte informação: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação da Rua 24 de Junho e Ponte sobre o rio Selho – Aldão e Reperfilamento da rua Nossa Senhora da Guia - Atães, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada nas informações datadas de 27 de setembro de 2019 relativamente ao lote 1 e 8 de outubro de 2019 relativamente ao lote 2 da Divisão de Estudos e Projetos com despacho do Sr. Presidente da Câmara de 11 de outubro de 2019 para ambos os lotes. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €2.831.776,73 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.56 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** A adjudicação será feita por lotes, ao abrigo do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP). Assim, o preço base para cada lote será: a) Lote 1: – Requalificação da Rua 24 de Junho e ponte sobre o rio Selho - Aldão cujo preço base é €1.560.518,03; b) Lote 2: - Reperfilamento da rua N. Sra. da Guia - Atães cujo preço base é €1.271.258,70; **3.** Para cumprimento do n.º7 do artigo 17.º e n.º3 do artigo 47.º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato, conforme informações prestadas pelo projetista em 11/10/2019. **4.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º do CCP. **5.** Na presente empreitada, a realização de trabalhos de variadíssimas especialidades, cada uma com os seus métodos e especificidades, é tão grande que só com uma análise conjunta do preço e da valia técnica é que se poderá aferir da real vantagem económica de uma proposta. Entendeu-se, por isso, que o critério de adjudicação da melhor relação qualidade/preço, de acordo com o estipulado na alínea a) do n1 do artigo 74º do CCP, é o que melhor defende os interesses da



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

entidade adjudicante para este contrato. Desta forma, dentro da valia técnica, os fatores de avaliação que melhor se coadunam com o objeto do presente concurso são: a Memória Descritiva do modo de execução da obra, o Plano de Trabalhos apresentado, o Sistema de Gestão de Segurança e Sistema de Acompanhamento Ambiental. Só uma avaliação técnica destes fatores, conjuntamente com o preço, é que se poderá encontrar a melhor proposta no cumprimento das normas e princípios que norteiam a contratação pública. **6.** De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é designado a técnica Ana Margarida Tavares Pereira como gestor do contrato para o presente procedimento. **7.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €2.831.776,73 + IVA, tendo em consideração os preços base para cada um dos lotes, como especificado no ponto 3. Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 365 dias para cada um dos lotes; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **8.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos – a) Presidente: Luís Filipe Vieira Teixeira - Técnico Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal: Ana Teresa Oliveira – Técnica Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal: – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: João Ricardo de Carvalho Pacheco - Técnico Superior da divisão de empreitadas” (**Anexo 4**)

DELIBERADO

9. FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE INFANTAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Infantas solicitou a colaboração do Município, através da cedência de autocarro, para o transporte de idosos, no dia 20 de outubro, a Mesão Frio. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da realização um almoço/convívio sénior e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 3 de outubro de 2019, foi deferido o pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado.”

DELIBERADO



10. PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PROPOSTA PARA ABERTURA DE AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES INTERMÉDIAS EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - AJUSTE DIRETO N.º 58/19 - Presente a seguinte informação: “Submete-se para aprovação superior, convite e caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **1. Objeto: Aquisição de serviços - Fornecimento de refeições intermédias em refeitórios escolares.** **2. Período de vigência:** janeiro de 2020 a dezembro de 2021. **3. Preço base:** €1.114.597,60 + IVA (13%), calculado em função dos preços unitários resultantes de procedimento concursal anterior. Foi verificado o cumprimento do n.º 1, do artigo 63.º da LOE. **4. Classificação económica:** 020105. **5. Plano:** 2.1.2.56 A. **6.** A despesa referente ao ano de 2020 será cabimentada em janeiro desse ano. **7. Procedimento:** Ajuste direto, previsto na subalínea iii), da alínea e), do n.º 1, do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos. **8. Entidade adjudicante:** Município de Guimarães. **9. Órgão com competência para a decisão de contratar:** Câmara Municipal. **10. Gestor do contrato:** Clara Maria Soares, Técnica Superior da Divisão de Educação. **11. Fornecedor a consultar:** - Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A. **12. Repartição de encargos** - Considerando que o contrato implica despesas plurianuais, submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal delibere aprovar, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a correspondente repartição de encargos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, nos seguintes termos: **Ano 2020:** €557.298,80 + IVA (13%); **Ano 2021:** €557.298,80 + IVA (13%). **13. Audiência prévia:** Está dispensada a audiência prévia e a elaboração dos relatórios preliminar e final, de acordo com o n.º 2, artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos. À consideração superior.” (Anexo 5)

DELIBERADO

11. ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO PROCHILD COLAB - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES NOS ÓRGÃOS SOCIAIS – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da concessão de visto prévio pelo Tribunal de Contas ao processo de adesão à ProChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion – Association, que ocorreu em sessão diária de visto do passado dia 24 de julho, é agora necessário aprovar o representante do Município de Guimarães que irá fazer parte dos respetivos órgãos sociais. Assim, para este efeito, e ao abrigo do disposto no n.º 2, do art.º 9º dos Estatutos da Associação e da alínea oo),



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que seja designada a Vereadora Adelina Paula Mendes Pinto.”

DELIBERADO

12. ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A

CELEBRAR - BARBOSA E RIBEIRO, LDA – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, considerando a análise aos elementos instrutórios submetidos, os estudos económico-financeiros e de viabilidade económica apresentados, assim como o estudo prévio relativo a operações urbanísticas sempre que ao projeto de investimento tal pretensão lhe esteja subjacente. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 3.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, devendo o parecer expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A **BARBOSA & RIBEIRO, LDA.**, apresentou uma candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do RPEIM e determinado a percentagem de **63%** como benefício fiscal aplicável ao projeto de investimento em apreço, de acordo com o somatório das classificações obtidas nos termos do artº 12º daquele Regulamento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do art.º 14.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pelo licenciamento de operações urbanísticas enunciadas no artº 3º. O RPEIM prevê, no n.º 6 do art.º 9.º e no art.º 10.º, que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **BARBOSA & RIBEIRO, LDA.**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” (**Anexo 6**)

DELIBERADO



13. EDUCAÇÃO – DÍVIDAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, PROLONGAMENTO DE HORÁRIO E COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - Presente uma informação dos Serviços de Educação referindo que, no âmbito do processo de monitorização das dívidas relativas à prestação de serviços de fornecimento de refeições, prolongamento de horário e ou componente de apoio à família, os Agrupamentos de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, Professor João de Meira, Taipas e Briteiros vêm solicitar à Autarquia apoio na resolução de algumas situações de incumprimento no pagamento daqueles serviços. De acordo com a informação remetida, verificou-se que se tratam de crianças provenientes de agregados familiares em situação de vulnerabilidade económica e social, tendo os respetivos agrupamentos procedido já á aplicação das medidas de ação social escolar, previstas no Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, e posteriores alterações. Perante o exposto, propõe-se, nos termos da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em observância do disposto no *Regulamento Geral de Proteção de Dados*, a anulação das dívidas respeitantes a 7 alunos, no valor de €762,27.

DELIBERADO

14. AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – SETEMBRO DE 2019 - Presente a seguinte informação: “Por deliberação de 3 de janeiro de 2019 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.”

(Anexo 7)

DELIBERADO

15. AÇÃO SOCIAL – ASSOCIAÇÃO SOCIAL DE PEVIDÉM VIDA A CORES – ASPEV – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Associação Social de Pevidém Vida a Cores (ASPEV) apresentou a esta Câmara Municipal um pedido excecional de atribuição de subsídio,



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

para a aquisição de equipamentos (mobiliário, material informático, carrinha) e para a realização de obras nas suas instalações, por forma a dar continuidade à dinamização de inúmeras atividades de envelhecimento ativo evitando e retardando, desta forma, a institucionalização precoce dos idosos. Esta Associação iniciou a sua atividade em novembro de 2018 e assegura as valências de Espaço de Convívio, Voluntariado, Serviço de Transporte e Serviço de Apoio Domiciliário, abrangendo um total de 35 utentes, tendo-se vindo a distinguir pela qualidade da sua atuação e pelo rigor e inovação que pautam as intervenções que leva a cabo. A ASPEV apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de julho) pelo que, em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, e considerando que o Município nutre o dever de criar as condições e os meios necessários às instituições de solidariedade social para o desenvolvimento das suas atividades, submete-se para aprovação a presente proposta de atribuição de um subsídio ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do referido Regulamento, no valor de €11.010,00 euros (onze mil e dez euros). À consideração superior.”

DELIBERADO

16. AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE DOIS ELETRODOMÉSTICOS

– Presente a seguinte informação: “Foram rececionadas na Divisão de Ação Social duas candidaturas para apoio na aquisição de dois eletrodomésticos, uma máquina de lavar roupa e um esquentador. Após análise destas candidaturas e subsequente estudo efetuado pelos nossos serviços apresentam-se, de seguida, os dados da caracterização socioeconómica dos agregados familiares, bem como o valor respetivo da comparticipação a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento P/Capita	Subsídio a atribuir
297662805/19	Creixomil	€114,73	€219,90
197872727/19	Fermentões	€272,63	€434,90

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a concessão deste subsídio aos requerentes, num valor de **€654,80** (seiscentos e cinquenta e quatro euros e oitenta centimos).

DELIBERADO



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

17. AÇÃO SOCIAL – SUBSÍDIO PARA COMPARTICIPAÇÃO EM OBRAS DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE – Presente a seguinte informação: “Foi entregue na Divisão de Ação Social uma candidatura para apoio na realização de obras de melhoria das condições de habitabilidade, designadamente retirar ripas e telha, criar parede em tijolo na cozinha e revestir a azulejo, criar teto falso em pladur na cozinha e substituir quatro janelas de alumínio. Após análise desta candidatura e consequente estudo efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica do agregado familiar, bem como o valor da comparticipação a atribuir para as obras requeridas: -----

Processo	Freguesia	Rend. P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/emprego	Comparticipação	Subsídio a Atribuir
16172713 0/19	Balazar	€130,37	1	Pensão sobrevivência	100%	€15.000,00

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio à requerente, no valor de €15.000,00 (quinze mil euros), ao abrigo da alínea f) do art.º 2º do referido Regulamento.”

DELIBERADO

18. AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE ADAPTADO PARA SETE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (AIREV) – Presente a seguinte informação: “Foram apresentadas sete candidaturas à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de pessoas com deficiência para a Associação para a Integração e Reabilitação Social de Crianças e Jovens Deficientes de Vizela (AIREV), tendo em conta a situação de vulnerabilidade social dos agregados familiares, facto que ficou comprovado após termos realizado os respetivos estudos socioeconómicos, cujos resultados a seguir se apresentam: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
223943363/19	Masculino	€307,09	97%
243356749/19	Masculino	€279,82	90%
261813978/19	Feminino	€83,81	60%
247525600/19	Masculino	€298,69	78%



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

245317856/19	Masculino	€145,52	98%
227134320/19	Masculino	€126,95	91%
245599630/19	Masculino	€359,05	82%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de apoio aos requerentes, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, de janeiro a dezembro de 2020, cujo valor se estima em €18.727,50 (dezoito mil setecentos e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos), para que possam deslocar-se diariamente das suas residências à AIREV, que funciona em Infias, no Concelho de Vizela. À consideração superior.”

DELIBERADO

19. AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM PASSE PARA UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (APPACDM) – Presente a seguinte informação:

“Foi apresentada uma candidatura à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de uma jovem com deficiência para a APPACDM, tendo em conta a situação de precariedade económica do agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
232814449/19	Feminino	€252,57	67%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de um passe, de janeiro a julho e de setembro a dezembro de 2020, cujo valor se estima em €687,50 (seiscentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), para que possa deslocar-se diariamente da sua residência à APPACDM, em Gualtar, Braga. À consideração superior.”

DELIBERADO

20. AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA TRÊS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CAO DA APPACDM) –

Presente a seguinte informação: “Foram apresentadas três candidaturas à Divisão de Ação



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de três jovens com deficiência ao CAO da APPACDM, considerando a situação de vulnerabilidade social dos seus agregados familiares, facto que ficou comprovado após termos realizado os respetivos estudos socioeconómicos, cujos resultados a seguir se apresentam: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
219958300/18	Masculino	€190,80	98%
207456240/18	Masculino	€219,63	100%
209649070/18	Masculino	€181,66	96%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio aos requerentes, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, de janeiro a dezembro de 2020, cujo valor se estima em €5.136,00 (cinco mil cento e trinta e seis euros), para que possam deslocar-se das suas residências para o Centro de Reabilitação da APPACDM, situado em Lomar em Braga.”

DELIBERADO

21. AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA DUAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (ACIP) – Presente a seguinte informação: “Foram apresentadas duas candidaturas à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de dois jovens com deficiência para a Ave Cooperativa de Intervenção Psicossocial (ACIP), tendo em conta a situação de precariedade económica dos agregados familiares, facto que ficou comprovado após realização dos respetivos estudos socioeconómicos, cujos resultados a seguir se apresentam: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
266054404/19	Masculino	€279,28	60%
232358834/19	Feminino	€275,56	83%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio aos requerentes, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, de janeiro a dezembro de 2020, cujo valor se estima em €6.348,00 (seis mil trezentos e quarenta e oito euros), para que se possam deslocar diariamente das suas residências às instalações da



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ACIP, em Joane, Vila Nova de Famalicão. Este transporte terá de ser efetuado todos os dias, de 2ª a 6ª feira.”

DELIBERADO

22. AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO A UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA PARA EFEITOS DE DESLOCAÇÃO AO CENTRO INTEGRADO PARA A DEFICIÊNCIA DA MISERICÓRDIA DO PORTO – Presente a seguinte informação: “Foi apresentada uma candidatura à Divisão de Ação Social, que visa um pedido de apoio na deslocação de uma jovem com deficiência para o Centro Integrado para a Deficiência da Misericórdia do Porto, tendo em conta a situação de precariedade económica do seu agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
227078845/18	Feminino	€240,12	95%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de 99 senhas para utilização dos transportes públicos, para o ano de 2020, cujo valor se estima em €693,00 (seiscentos e noventa e três euros), para que possa deslocar-se diariamente de sua residência para o Centro Integrado para a Deficiência da Misericórdia do Porto. À consideração superior.”

DELIBERADO

23. AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO A UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA PARA EFEITOS DE DESLOCAÇÃO À UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRAGA – Presente a seguinte informação. “Foi apresentada uma candidatura à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de uma jovem com deficiência à Universidade Católica Portuguesa, tendo em conta a situação de precariedade económica do seu agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
-------------	------	---------------------	----------------------



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

245952721/18	Feminino	€157,03	70%
<p>Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de um serviço de táxi, de fevereiro a junho de 2020, cujo valor se estima em €2.886,00 (dois mil oitocentos e oitenta e seis euros), para que possa deslocar-se diariamente de sua residência às instalações da Universidade Católica de Braga, sita na Rua de Camões, em Braga. À consideração superior.”</p> <p>DELIBERADO</p>			
<p>24. CULTURA – BIENAL DE ILUSTRAÇÃO DE GUIMARÃES 2019 – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS – Presente a seguinte proposta: “Por deliberações tomadas em 15 de novembro de 2018 (Câmara Municipal) e em 27 de novembro de 2018 (Assembleia Municipal) o Município de Guimarães aprovou os regulamentos do Prémio Nacional BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães. Posteriormente, em 4 de julho último, a Câmara Municipal deliberou aprovar a instituição do Prémio Carreira BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães, bem como a constituição do júri do Prémio Nacional BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães. Neste contexto, proponho: 1. Que, nos termos do nº1 da proposta aprovada em 4 de julho, a Câmara Municipal acolha a decisão do júri, atribuindo o Prémio Carreira, no valor de €10.000,00, ao ilustrador Jorge Silva; 2. Que, nos termos do nº 1 do art.º 6º do Regulamento do Prémio Nacional BIG 2019, a Câmara Municipal acolha a decisão do júri, atribuindo os seguintes prémios: GRANDE PRÉMIO BIG: €5.000,00 - André Letria; PRÉMIO BIG REVELAÇÃO: €1.000,00 - Inês Machado; 5 PRÉMIOS BIG AQUISIÇÃO: €500,00 cada - António Jorge Gonçalves; Gonçalo Viana; Maria João Worm; Mariana Rio; Nicolau.”</p> <p>DELIBERADO</p>			
<p>25. CULTURA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E DESPORTIVA DE NESPEREIRA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Nespereira solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte da equipa de Futsal Feminino, no dia 19 de outubro, a Mortágua. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa num</p>			



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

jogo da Taça de Portugal e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 8 de outubro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO

26. CULTURA - ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS ARTÍSTICA VIMARANENSE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Socorros Mútuos Artística Vimaranense solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos seus elementos, no dia 4 de outubro, entre Guimarães e Moreira de Cónegos. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito das comemorações do dia 5 de outubro, em que a referida associação organiza a “Marcha Republicana” e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 1 de outubro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

27. DESPORTO – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE CANDOSO S. MARTINHO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Associação Cultural e Recreativa de Candoso S. Martinho solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte da equipa de Futsal, nos dias 14 de setembro, 2 e 23 de novembro e 7 de dezembro, a Oliveira de Azeméis, Alcobaça, Vila Nova de Gaia e Portimão. Considerando que se tratam de deslocações que visam a participação da equipa em jogos do campeonato nacional da modalidade e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 21 de setembro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação e aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

28. DESPORTO – GTEAM GUIMARÃES FC - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O GTEAM GUIMARÃES FC solicitou, a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte da equipa de Futsal no dia 5 de outubro, a Paredes de Coura. Considerando que, se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa na primeira jornada do Campeonato Interdistrital de Futsal Feminino e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 3 de outubro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO

29. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

DELIBERADO

A REUNIÃO TERMINOU ÀS _____ HORAS

ASSINATURAS:

PRESIDENTE:

SECRETÁRIA:
